

**“A CIDADE ENLUTADA”:
política e peste em Vitória da Conquista (1920-1928)**

Tatiane Pereira Amorim¹

Resumo: O objetivo deste artigo é analisar o surgimento e o impacto causado pela epidemia de peste bubônica que assolou a cidade de Vitória da Conquista em finais de 1927 e meados de 1928. A peste bubônica, também denominada por peste negra devido aos bulbos escuros que se formavam nas axilas e virilhas das pessoas contaminadas, é transmitida ao homem por meio dos ratos, principais vetores que abrigam as pulgas transmissoras da doença. Este trabalho pretende demonstrar as relações e tensões políticas existentes nas primeiras décadas do século XX, as ações de saúde empreendidas pelos poderes municipal e estadual para o combate à peste, a posição assumida pela imprensa ao divulgar a notícia da propagação da epidemia, bem como a reação popular diante de tal calamidade.

Palavras-chaves: Epidemia, peste, política.

O aparecimento da epidemia de peste bubônica na cidade de Vitória da Conquista nas primeiras décadas do século XX se insere em um contexto de disputas políticas e estruturação do Estado republicano brasileiro. O cenário político-administrativo do Brasil nas primeiras décadas do século XX foi marcado pelas relações de poder baseadas no coronelismo e mandonismo², onde os homens mais abastados divergiam entre si pela posse de terras e pelo monopólio do poder e pelo surgimento de novos atores políticos e sociais que disputarão o poder com as antigas elites.

O período de eclosão da epidemia de peste coincidiu com a ascensão política de Luiz Régis Pacheco Pereira. O médico Regis Pacheco chegou a Conquista em 1919, a mando do governador Antônio Ferrão Muniz de Aragão, que fazendo valer a lei nº 213/1897³, o enviou para combater a epidemia de varíola que assolava a cidade. Posteriormente, “terminada a epidemia, Conquista inteira protestava eviternos agradecimentos ao seu benfeitor, pedindo-lhe, reiteradamente, que aqui se demorasse, que para sua residência escolhesse esta terra”⁴. Em 1922, Regis Pacheco casou-se com Enerita Fernandes Pacheco Pereira e passou a compor a denominada endogamia conquistense⁵. Em 1923, marco de seu entrosamento político, candidatou-se à intendência. Nessa ocasião, o jornal *A Semana* que tinha por diretor Deraldo Mendes, oposição na cidade à época, relatou que

Entre um e outro candidato torna-se até absurdo estabelecer um comparativo desta ordem, tão absurdo que, certa vez, destas colunas, fizemos a seguinte declaração: Se o Sr. Regis Pacheco apontar um só serviço prestado a esta terra, e que faça jus ao cargo de intendente, o nosso pardo, em peso, descarregará votação no nome de S.S^a. [...] O Sr. Pacheco trouxe à baila o tratamento , por S.S^a feito, nos variolosos da Santa Casa de Misericórdia [...]Ora, quem trabalhou estipendiado, isto é, quem para aqui veio contratado pelo governo do Estado para cuidar de variolosos, fazendo jus à gorda maquia de 500 \$ 000 mensais, não pode se jantaria de haver prestado serviços à Conquista⁶.

Regis Pacheco perdeu as eleições de 1923, mas continuou na carreira política e exerceu seu ofício de médico simultaneamente. Em 1925 foi presidente do Conselho Municipal; nos anos de 1927 e 1928 foi Provedor da Santa Casa de Misericórdia da cidade; em 1930 retomou a presidência do Conselho Municipal; e em 1937 foi eleito intendente de Conquista.

Dado o exposto, percebe-se que Regis Pacheco tornou-se ao longo da década de 20 a figura mais ilustre do cenário político local. Seu perfil e sua identidade intelectual o inseriam no novo contexto político adotado pelo país, onde o avanço do bacharelismo se sobrepunha ao coronelismo, uma vez que jovens médicos, advogados e outros magistrados se inseriam cada vez mais no campo político. Porém, esses novos líderes eram parentes ou aliados dos coronéis; não contavam com uma força eleitoral própria e dependiam, nesse sentido, do apoio dos antigos líderes. Desse modo, percebe-se que as influências familiares e o mandonismo ainda permaneciam no controle político da cidade de Conquista na década de 1920.

Ao mesmo tempo em que Régis Pacheco ganhava notoriedade política e médica, Vitória da Conquista foi marcada por duas grandes epidemias. Primeiro a varíola que em 1919 e início de 1920 assolou a cidade; depois a peste bubônica que em finais de 1927 até meados de 1928 causou verdadeiro terror, ceifando muitas vidas na cidade. As doenças epidêmicas são objetos privilegiados nesse contexto, uma vez que,

além de exporem, em uma sociedade que se torna cada vez mais complexa, as fronteiras entre o poder público e privado, e o poder central e local, permitem a consciência de uma dependência recíproca, via concepção da comunicabilidade das doenças, através da qual todos os indivíduos estão inexoravelmente interligados, seja pela ameaça, seja pelos benefícios da prevenção; cria a ideia de comunicabilidade, na qual a responsabilidade pela profilaxia e cura da doença torna-se obrigação moral e política⁷.

A epidemia de varíola está intimamente relacionada ao surgimento no cenário conquistense do médico e, posteriormente, político, Regis Pacheco. Como nos referimos

acima, o governo estadual o enviou para Conquista para vacinar a população e controlar a doença. Como aponta a documentação, ele foi nomeado para atuar em duas cidades: Conquista durante seis meses, entre 30 de janeiro a 30 de julho de 1920; e Encruzilhada, durante dois meses e meio, entre 07 de dezembro de 1920 e 22 de fevereiro de 1921. No entanto, é pouco provável que ele tenha atuado em Encruzilhada, haja vista que fixou residência definitiva em Conquista a partir de 1920⁸.

Interessa-nos aqui analisar a epidemia de peste bubônica, que no Brasil desembarcou pelo porto de Santos, no estado de São Paulo em 1899⁹, se espalhou por vários estados e acometeu a cidade de Conquista em finais do ano de 1927 e meados de 1928. Na Bahia, o relatório do governador J. J. Seabra de 1913 revelou que a epidemia teria surgido na capital no início do século XX, ao afirmar que na cidade de Salvador “quanto a peste, tivemos 83 casos em 1912, 72 em 1911, 167 em 1910, 147 em 1909, 73 em 1908, 128 em 1907, 150 em 1906, 10 em 1905 e 207 em 1904, quando surgiu pela primeira vez entre nós”¹⁰.

No entanto, antes de partirmos para a análise do cenário de Conquista no período da epidemia, vale descrever um pouco sobre a doença. O termo *peste bubônica* surgiu após os pesquisadores Alexandre Yersin e Shebasabuso Kitasato definirem a etiologia da doença em 1894, quando o bacilo da peste foi descrito. Todavia, antes de tal descoberta, a doença era denominada como *peste negra*. O uso do termo derivava dos bulbos escuros que se formavam nas axilas e virilha das pessoas contaminadas.

Os estudos de cientistas como Yersin e Kitasato possibilitaram a compreensão de que a peste não se tratava de uma moléstia humana, mas de uma doença de animais que é transmitida ao ser humano devido aos desequilíbrios ambientais que levam os vetores para perto do homem, como também à falta de prevenção da população que, por meio do acúmulo de lixo doméstico nas ruas e quintais, propicia um ambiente favorável à presença de ratos, que abrigam as pulgas transmissoras da peste.

A difusão da doença se dá por meio de uma cadeia alimentar: o bacilo se encontra no sangue do animal infectado; no pelo do animal infectado, geralmente um roedor, existem as pulgas, estas sugam o sangue contaminado. O homem passa a ser portador da doença quando picado por uma pulga infectada; uma vez contaminado, este também passa a ser difusor da doença¹¹.

A doença se manifesta no homem basicamente de quatro formas, sendo estas: bubônica, pneumônica, septicêmica e meningítica. A bubônica é transmitida ao homem por meio da picada da pulga infectada; é a forma que oferece maior possibilidade de

sobrevivência, desde que o bacilo não invada as vias respiratórias; se isso ocorrer, resultará na forma pneumônica. Tanto a forma pneumônica quanto a septicêmica e meningítica são altamente contagiosas e transmitidas diretamente de homem para homem. No caso das duas últimas formas, o doente é levado à morte em questão de horas.

A peste bubônica acometeu a cidade de Conquista em finais do ano de 1927 e meados de 1928. Os jornais da época, as atas do Conselho Municipal, bem como os livros de óbitos do período relatam com veemência o impacto e a comoção causada por tão horrendo mal.

À medida que os casos de pessoas acometidas pela peste se confirmavam e que as autoridades locais percebiam que não dispunham, sozinhas, de condições para combater a epidemia, fez-se necessário a intervenção do governo estadual. Nessa ocasião, Regis Pacheco, intendente interino, solicitou do governo do Estado da Bahia, o Dr. Francisco Marques de Góes Calmon, que o mesmo tomasse as medidas cabíveis para combater o mal que alastrava a cidade assustadoramente, já que cabia ao governo auxiliar os municípios em tempos de epidemia. Atendendo ao apelo do intendente, em 28 de outubro de 1927 chegou à cidade uma comissão sanitária composta pelos médicos Luiz Machado, Joel Oliveira, César Caldas e um guarda-sanitário de nome Durval Oliveira.

A Comissão Sanitária tinha por objetivo o tratamento dos doentes e o combate à epidemia por meio de medidas profiláticas, instruindo o povo a exterminar os ratos e assear rigorosamente suas casas comerciais e residenciais para evitar as pulgas, que são agentes transmissores da peste. Para o cumprimento de suas atividades a comissão se dividia da seguinte forma: o Dr. Joel da Silva se encarregou do serviço de vacinação; o serviço de vigilância ficou a cargo do Dr. Cezar Corrêa Caldas; o guarda sanitário, Durval Cesar de Oliveira se responsabilizou pela função de desinfecção juntamente com oito ajudantes; e ao chefe da comissão, Dr. Luiz Machado, coube o serviço de administração, verificação de óbitos e atendimento aos infectados.

De acordo com o relatório da comissão de 1928¹², foi proposto pela comissão ao Dr. Regis Pacheco que o mesmo viabilizasse um lugar para o isolamento dos doentes, porém, tal solicitação não foi atendida. Ainda segundo o documento, eram fixados diariamente na porta principal do Conselho Municipal, informes sobre o estado sanitário da cidade, bem como sobre os trabalhos realizados pela comissão. O documento em questão também relata a eficácia do soro de *yersin* utilizado para o tratamento dos

infectados. Relata ainda que os resultados do trabalho desenvolvido pela comissão não foram melhores em função dos alarmistas locais a exemplo de um senhor chamado Esmeraldo Andrade que escondiam os doentes, sendo estes descobertos três ou quatro dias após o início da moléstia, fato que muitas vezes inviabilizava a cura.

Segundo os alarmistas, o soro era veneno mortal e uma vez aplicado levaria o doente a óbito instantaneamente. Casos como o de uma mulher branca de 40 anos de idade, doméstica, que faleceu após soro-vacinação antipestosa aplicado pelo Dr. Luiz Machado, podem ter contribuído para aumentar ainda mais o medo da vacina¹³.

A imprensa esteve sempre ativa no decorrer da epidemia, seja alertando a população sobre os cuidados a serem tomados para evitarem os vetores e as pulgas transmissoras da peste, seja informando sobre os casos de cura e de óbitos, bem como descrevendo a mudança do cotidiano da cidade por ventura da epidemia e atacando o governo por meio de críticas à falta de providências imediatas.

Logo após a chegada da Comissão, a imprensa apresentava os boletins que demonstravam um número menor de doentes e levava ao povo a esperança de estar findando a epidemia. Ainda assim, o Jornal *A Semana* chamava a atenção para a possibilidade de existirem pessoas doentes escondidas e ignoradas pela comissão sanitária. Esse mesmo jornal alertava em nota que “porque está em declínio o horrendo mal, mais ainda torna-se necessário o cuidado do povo lavando as suas casas semanalmente, com água fervida, soda, potassa, creolina, etc., e extinguindo os ratos e as pulgas, veículos terríveis da bubônica”¹⁴.

Dias após a publicação da nota acima, o mesmo jornal publicou outra nota com o teor seguinte: “A cidade enlutada. O surto terrificante do mal levantino – mais de 100 casos fatais. O êxodo da população apavorada”. Tal publicação evidencia que a epidemia não estava em seu decurso final como retratava a nota publicada por este jornal no dia três de dezembro de 1927.

O mesmo jornal que noticiava em 3 de dezembro de 1927 que a epidemia havia entrado em declínio, publicou em 23 de janeiro de 1928 que “devido a falta de providências imediatas, energéticas, prudentes, o mal, a terrível peste negra que aqui surgira há mais de 3 meses tomou proporções imprevistas”. A imprensa, por meio do periódico *A Semana*, atribuiu a culpa da propagação da peste aos poderes municipal e estadual. Ao municipal pela demora em solicitar a ajuda estadual e a este, pelo envio de uma comissão não devidamente equipada.

As críticas da imprensa faziam parte do jogo de poder existente na cidade. Os jornais oposicionistas costumavam fazer o papel de aterrorizar a população e de eleger os responsáveis pela epidemia. Foi o casão do jornal *A Semana* que estava a serviço da facção política chefiada por Justino Gusmão, Agripino Borges, Deraldo Mendes e Deoclides Novais. Estes foram os fundadores deste periódico que, dentre outros, integravam o grupo político que se opunha a Régis Pacheco, Zeferino Correia, Paulino Fonseca, Ascendino Melo e outros do Partido Republicano Conquistense¹⁵, que estavam no poder no momento da eclosão da epidemia.

Na mesma edição do dia 23 de janeiro de 1928, o jornal *A Semana* publicou a morte da senhora Maria Anísia de Jesus. O título da nota - *Coisa que revolta* - retrata o teor alarmante adotado pela imprensa. O texto do jornal abaixo descreve as dificuldades enfrentadas pela família da falecida para realização de seu sepultamento:

Em um domingo a tarde, vítima da peste bubônica, faleceu a infeliz Maria Anísia de Jesus que vivia com o velho Ignácio de Souza Meira. Achando-se na maior miséria, o pobre velho viu-se no transe mais desesperado de sua vida, ante o cadáver da que lhe fora companheira, na impossibilidade, por falta absoluta de meios de dar-lhe sepultura. Era de cortar o coração vê-lo pelas ruas da cidade na alucinação dessa dor, no abandono em que se via com uma filhinha nos braços, procurando embalde, pedindo em vão meios de fazer o enterro de sua pobre companheira. A noite daquele dia velou, ele só, o cadáver, pois que da sua casa todos esquivavam como dum lugar maldito. A caridade com que lhe fechara as portas. Tudo lhe negaram, até o esquife para o transporte do cadáver ao cemitério. E o enterro se fez, envolto o cadáver uma esteira, pendurado em um pau e conduzido pelo desgraçado velho e dois homens do povo. Oh Deus! Apiedai-vos desta terra¹⁶!

O caso acima descrito exemplifica o medo das pessoas em tempos de epidemia, medo este que fazia com que muitos laços e costumes se rompessem. Como apontou Jean Delumeau¹⁷, amigos abandonavam amigos, pais abandonavam filhos e filhos abandonavam seus pais, maridos e esposas já não dormiam juntos, tudo isso por medo da contaminação. Além dos vínculos afetivos que foram comprometidos, as pessoas tiveram que abandonar certos costumes. O ritual da morte, por exemplo, foi extinto ou muito modificado em função da doença.

O desespero, o desassossego, o medo e o horror pairavam sobre Conquista. A peste prosseguia invadindo os quatro cantos da cidade. As mudanças foram radicais – o comércio paralisou-se, o Conselho Municipal suspendeu suas reuniões em fevereiro de 1928, voltando as suas atividades somente em 12 de novembro de 1928¹⁸. As escolas

fecharam suas portas. O cenário era de uma cidade parada e isolada, como se percebe na nota abaixo:

A vida tornou-se caríssima nesta cidade, porque, se terrível é o mal que nos veio como castigo tremendo, se indescritível quase é a desolação que aqui paira, horríveis são as notícias que se tem espalhado por ali a fora e, por isto, a Conquista está isolada, como uma terra maldita nas vastidões do sertão baiano¹⁹.

Esse cenário descrito acima era comum em tempo de epidemia. Todas as crônicas da peste insistem também na interrupção do comércio e do artesanato, no fechamento das igrejas, na suspensão de qualquer divertimento e no vazio das ruas e das praças; o tempo da peste é o da solidão forçada²⁰.

O desespero fez com que as pessoas procurassem refúgio nas fazendas e nos municípios vizinhos como Poções, José Gonçalves e Angicos. Este era o mecanismo de fuga adotado pela população com o fim de evitar ou, ao menos, adiar a contaminação. Na tentativa de sanar a epidemia e promover a normatização das atividades na cidade, diversos negociantes telegrafavam para o governo do Estado pedindo imediatas providências, porém, tais iniciativas não surtiram o efeito desejado uma vez que o chefe da Comissão Sanitária informava ao governo estadual que a epidemia estava em declínio. O telegrama abaixo foi publicado no jornal *A Tarde* da capital do Estado e eufemizava a verdadeira situação que se encontrava a cidade de Conquista no tempo da peste:

De Conquista, 19 de dezembro de 1927.
Dr. Barros Barreto, Secretário de Saúde – Bahia – Respondendo telegrama recebido informo existirem em tratamento quatro doentes de peste, estando portanto, em franco declínio o epidêmico. Telegramas alarmantes enviados daqui são francamente misteriosos. – Saudações cordiais – Dr. Luiz Machado²¹.

Os livros de óbitos do ano de 1927 constam que trinta e três pessoas faleceram em consequência da peste²². No entanto, vale ressaltar que muitos morriam sem que seus familiares fizessem a notificação do motivo do óbito, isto porque, admitindo ser em decorrência da bubônica seriam proibidos da realização do funeral. Esse fato indica a possibilidade de terem ocorrido muito mais que trinta e três mortes. Essa estatística comprova que a Comissão Sanitária ou não estava a par da propagação da doença ou não queria admitir o estado de calamidade perante o governo estadual; comprova ainda que a população tinha, de fato, muitos motivos para alarmar-se, principalmente porque o

grau de mortandade aumentou no ano seguinte. Com base nos registros de óbitos do ano de 1928 o número de mortes foi de quarenta e uma por peste²³.

Descrentes das providências ditas eficazes por parte das autoridades, a população recorria a fé e ao sentimento religioso. Voltavam-se para deus em súplicas pelo fim da peste ou aceitavam a doença como quem aceita uma flagelo enviado pelo próprio deus. As pessoas consideravam que a peste era sinônimo da ira divina; tratava-se de um castigo pelos pecados e iniquidades dos homens²⁴. Este, segundo a imprensa, era o pensamento da população, ao que parece, não só da massa popular, como também dos intelectuais do período. Assim faz-se crer a nota abaixo:

Para fazer chamar o cumprimento de seus deveres religiosos [...] Deus manda o castigo, de quando em vez, a coletividade como fazem os pais justeiros, que sem esquecer o muito amor voltado aos filhos, castiga-os, quando é preciso, encaminhando-os assim, melhormente na prática do bem [...] Esta estremecida Conquista, por certo não estaria tão distanciada do olhar de Deus, e cremos piamente que esses seis meses de horrível epidemia, mais não foram que uma advertência do criador, para que mais o amemos e confiemos mais em sua benignidade e retidão insuperáveis²⁵.

O trecho acima foi publicado após o fim da epidemia. Conquista encontrava-se, de acordo com o periódico, em ação de graças pela misericórdia divina. Aqueles que temiam a volta da peste e não acreditavam que esta havia chegado ao fim eram vistos como pessimistas e perversos, que não acreditavam no poder divino.

O estudo do fenômeno epidêmico revelou o cotidiano da cidade de Conquista, as relações e tensões políticas existentes e a falta de infraestrutura médico-hospitalar para socorrer as dezenas de pacientes. A pesquisa, ainda em andamento, pode desvendar outras questões ainda não respondidas neste artigo, como a origem da doença na região e o papel da Santa Casa de Misericórdia local.

¹ Tatiane Pereira Amorim, Graduanda do Curso de História da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Bolsista de Iniciação Científica da FAPESB, sob a orientação da Professora Doutora Cleide de Lima Chaves. Endereço-Eletrônico: phntaty@hotmail.com.

² SOUZA, Belarmino J. *Arreios, currais e porteiros: Uma leitura da vida política em Conquista na Primeira República*. Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 1999.

IVO, Isnara Pereira. *O Anjo da Morte contra o Santo Lenho: poder, vingança e cotidiano no sertão da Bahia*. Vitória da Conquista: Edições Uesb, 2004.

³ Sob tutela do Estado ficariam as medidas de tratamento e prevenção de moléstias transmissíveis, como também combate as epidemias (Lei nº 213, de 23 de agosto de 1897).

⁴ DANTAS, E.; FONSECA, H.J.; MEDEIROS, R.H.A. *Régis Pacheco, 1895-1987: Esboços Biográficos*. Vitória da Conquista: Museu Regional de Vitória da Conquista/UESB, 1995, p. 17. (Série Memória Conquistense, 1).

⁵Conjunto de parentelas que exercem um controle absoluto sobre a estrutura econômica e sólida hegemonia política (SOUZA, 1999).

⁶Arquivo Público Municipal / VC. Jornal A Semana de 07 de setembro de 1923.

⁷HOCHMAN, Gilberto. *A era do saneamento*. São Paulo, 2ª ed.: Editora Hucitec, 2006, p.58.

⁸CHAVES, Cleide de Lima. *Da caridade à assistência: o papel da Santa Casa de Misericórdia de Vitória da Conquista (1910-1930)*. Anais do I Seminário do Grupo de Pesquisa, Cultura, Sociedade e Linguagem (GPCSL/CNPq): os sertões da Bahia. Caetité, v. 1, nº 1, out. 2011, p.9.

⁹NASCIMENTO, Dilene R.; DUARTE, Matheus. À caça aos ratos. *Revista de História* (Rio de Janeiro), v. 67, p. 33-37, 2011.

¹⁰Relatório do governador da Bahia J. J. Seabra de 1913. <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u242/000037.html> acessado em 30 de julho de 2012.

¹¹LEWINSOHN, Rachel. *3 epidemias: Lições do passado*. São Paulo: Editora UNICAMP, 2003.

¹²Arquivo Público do Estado da Bahia, Diretoria Geral de Saúde Pública, Relatório da Comissão Sanitária de Vitória da Conquista, s/data (1928?).

¹³Fórum João Mangabeira / VC. Livro de registro de óbitos da cidade de Conquista de 1927- 1928.

¹⁴Arquivo Público Municipal / VC. Jornal A Semana de 03 de dezembro de 1927.

¹⁵Taberna da História do Sertão da Bahia / tabernahistoriavc.com.br

¹⁶Arquivo Público Municipal / VC. Jornal A Semana de 23 de janeiro de 1928.

¹⁷DELUMEAU, Jean. *História do medo no Ocidente: 1300-1800, uma cidade sitiada*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

¹⁸Arquivo Público Municipal / VC. Atas do Conselho Municipal de 1928.

¹⁹Idem. Jornal A Semana de 23 de janeiro de 1928.

²⁰DELUMEAU, Jean. *História do medo no Ocidente: 1300-1800, uma cidade sitiada*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

²¹Arquivo Público Municipal / VC. Jornal A Semana de 23 de janeiro de 1928.

²²Fórum João Mangabeira / VC. Livro de registro de óbitos da cidade de Conquista de 1927-1928.

²³Idem. Livro de registro de óbitos da cidade de Conquista de 1927-1928.

²⁴LEWINSOHN, Rachel. *3 epidemias: Lições do passado*. São Paulo: Editora UNICAMP, 2003.

²⁵Arquivo Público Municipal / VC. Jornal A Semana de 21 de abril de 1928.